



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Corpo de Bombeiros Militar - CBM  
Seção de Compras - CBM-CPOFCOMPRAS  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **IDENTIFICAÇÃO**  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:15004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR- RO  
15014 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – FUNESBOM  
UNIDADE SOLICITANTE: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA- CBM-RO
2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

**O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CBMRO**, por intermédio do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, situado a Av. Campos Sales, 3254 – Bairro Olaria, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, promove a elaboração deste Termo de Referência tendo por objetivo a definição precisa do objeto a ser adquirido, apresentando informações necessárias para subsidiar o processo de aquisição na modalidade de Pregão, na forma Eletrônico e uso do sistema de registro de preços, para aquisição de Equipamento de Proteção Individual de Combate à Incêndios Florestais - CIF para Brigadistas Florestais destinados a atender às demandas da **Diretoria de Logística** do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO.

O presente Termo de Referência estabelece as diretrizes e informações essenciais para a condução do procedimento destinado à aquisição do objeto em questão, em conformidade com a legislação vigente. Sua elaboração atende ao disposto nos artigos 6º, incisos XXV e XLI, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia

Além disso, este documento observa as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a proteção e o tratamento adequado de dados pessoais

3. **DO OBJETO**
- 3.1. Registro de preços para eventual aquisição de Equipamento de Proteção Individual de Combate à Incêndios Florestais - CIF para Brigadistas Florestais, de acordo com as condições, quantidades e especificações constantes no item 04 deste Termo de Referência.
4. **DAS DESCRIÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO**
- 4.1. No quadro abaixo, encontra-se a planilha com detalhamento do material de forma a permitir a visualização da especificação e quantitativo estimado ora licitado.
- 4.2. A quantidade mínima a ser cotada é o valor total solicitado pelo setor demandante.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	QUANT. MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO
01	4452	<b>CAPACETE DE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL</b> , com as seguintes especificações mínimas:  O capacete deverá ser fabricado conforme as normativas EN 16471:2014, EN 16473:2014, EN 12492:2012 e EN 1385:2012, certificações próprias para operações de combate a incêndio florestal, resgate técnico (BREC, resgate veicular, acidentes naturais, etc.), resgate em altura e resgate em águas rápidas. O casco externo deverá ser feito em termoplástico, com tratamento retardador de chamas. Não serão aceitos cascos externos feitos em ou que contém fibra de vidro, devido à deformação do material. O casco externo deverá oferecer total segurança ao crânio do usuário contra impactos mecânicos, e com isolamento elétrico de capacidade E2 conforme a normativa EN 397. O casco externo deverá ser anti-risco e possuir adesivos refletivos. É necessário que o casco externo apresente um suporte para lanternas, possibilitando seu uso em operações noturnas. O casco externo deverá possuir cume longitudinal para auxiliar na proteção contra impactos mecânicos. O casco interior deve ser removível, possibilitando sua manutenção ou troca quando necessário. Deverá possuir estofamento interno feito em material antialérgico, capaz de ser removido para limpeza. A queixeira deverá	UND	314	314	79

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	QUANT. MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO
		possuir no mínimo três pontos de fixação e ser feita em material antialérgico, para prevenir irritação na pele do usuário. O sistema de ajuste deverá estar localizado fora do casco externo, possibilitando que o usuário varie de tamanho entre 47cm até 68cm sem retirar o capacete e com uso de luvas, serão aceitos sistemas mais eficientes. O capacete deve possibilitar a fixação de protetores de pescoço através de um sistema de no máximo três pontos, permitindo a fixação/troca de maneira rápida. O capacete deverá ser entregue acompanhado de óculos com lente transparente e vedação, não serão aceitos capacetes com visor integrado devido à incapacidade de vedação. O óculos deverá ser feito de acordo com a EN 166, garantindo proteção aos olhos do usuário. O peso total do capacete equipado com óculos, protetor de pescoço e lanterna não deverá exceder 1.200g. O capacete deverá apresentar os seguintes certificados: EN 166; EN 16471:2014; EN16473:2014; EN 12492:2012 e EN 1385:2012.  MODELO DE REFERÊNCIA: CAPACETE DE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL KZPT TYTAN MAX, ou MSA GALLET F2, similar ou de qualidade superior.				
02	290704	<b>LANTERNA COM ADAPTADOR PARA CAPACETE</b> , com as seguintes especificações mínimas: lanterna de LED para ser usada em áreas de proteção contra incêndio em perigo de gás, vapor, névoa (G) e explosões de poeira (D). A tampa da tocha não é inflamável, deverá ser leve e é feita de termoplástico retardante de chamas e antiestático. Funciona a bateria. Ele é projetado para ser instalado em capacetes de bombeiros. A lanterna está em conformidade com os requisitos da Diretiva 94/9/EC e as seguintes normas harmonizadas: EN 60079-0:2009, EN 60079-11:2012, EN 60079-7:2007, EN 60079-31:2009.  ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Designação: II 2G Ex e ib IIB T4 Gb; II 2D Ex tb IIIC TMax 95oC Db, IP 67; Certificação: IEP 14 ATEX 0192; A lanterna está em conformidade com os requisitos da EN 443:2008 em termos de resistência à chama; Certificação: IEP 14 ATEX 0192; Conformidade com a Diretiva: 94/9/EC; Conformidade com a norma: EN 60079:2009; Resistência à chama: Em conformidade com a norma EN 443:2008; Alimentação: sistema de alimentação mais eficiente; Brilho mínimo: 120 lm; Duração (em 1 conjunto de baterias): Min. 60 horas; Grau de proteção mínimo: IP 67; Distância de iluminação: Aprox. 100 m; Peso máximo: 150g (sem baterias).  <b>MODELO DE REFERÊNCIA:</b> Para CAPACETE MSA GALLET F2 ou Lanterna de LED ISKRA, similar ou de qualidade superior.	UND	314	314	79
03	625688	<b>BALACLAVA</b> , com as seguintes especificações mínimas: Confeccionada em malha de fibra aramida ou material superior. Cor crua. Reforço do próprio material costurado. Bainha na parte inferior. Resistente a temperaturas de até 250 °C de aproximação. CONSTRUÇÃO: Malha de fibra aramida. CAMADAS/ GRAMATURA: 1 camada – máximo 350 g/m². TIPO DE ABERTURA: Abertura facial total. CERTIFICAÇÃO: EN 13911.	UND	314	314	79

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	QUANT. MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO
04	619368	<b>LUVA DE VAQUETA</b> , (par), com as seguintes especificações mínimas: Luva de proteção individual (EPI) destinado a proteger as mãos contra agentes abrasivos e escoriantes. Características gerais (em conformidade com NBR 13712) - Tipo: Luva de 05 (cinco) dedos com punho (forma L), servindo de cobertura para a mão e o pulso. Acabamento: Deverão ser confeccionadas em vaqueta (couro em flor) lisa, na cor natural e serem totalmente curtidas ao cromo. Devem ter boa flexibilidade e serem macias. Devem ter acabamento no punho com viés e elástico embutido no dorso na região do punho. Não deverão apresentar cortes ou furos no couro e nem partes do couro divergindo em espessura e qualidade. Deverão possuir grau de flexibilidade e resistência exigidas para as finalidades a que se destinam. Deverão ser reforçadas internamente na palma e reforço externo de costura nos dedos polegar, médio e anelar.	UND	314	314	79
05	439787	<b>ROUPA DE PROTEÇÃO / CONJUNTO EPI FLORESTAL (CALÇA E GANDOLA)</b> , com as seguintes especificações mínimas:  BLUSÃO: Blusão na cor amarelo, comprimento total entre 2/4 e 3/4, contendo 04 bolsos contendo abertura para caneta na tampa do bolso superior esquerdo; Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura, cintura com ajuste pelo lado interno realizado por cordão, mangas pré-formadas e reforços do tecido nos cotovelos, gola com fechamento na parte central para maior proteção do usuário, com módulo refletivo termo fixado nas costas e faixas refletivas bicolor micro perfuradas, 2 Faixas refletivas na cor cinza e amarela de modo que o cinza fique no meio e o amarelo fique em cima e em baixo da faixa cinza com 2,0 cm de largura cada cor da faixa reflexiva. As faixas devem estar na altura do peito e nos antebraços próximo aos punhos, de modo que envolva em linha reta todo o uniforme confeccionada em tecido altamente resistente, tendo como base viscose FR, meta-aramida, para-aramida, fibra antiestática de 225 gramas/m <sup>2</sup> ou material similar ou de qualidade superior. Na manga direita deverá ser bordado a bandeira do Estado de Rondônia com 7,0 cm de comprimento de modo que fique proporcional ao braço direito devendo ser iniciado a partir de 6,0 cm abaixo da linha do ombro; na manga esquerda deverá ser bordado o emblema do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. O emblema apresenta círculo na cor vermelha de 73 mm de diâmetro, representando, em destaque, a cor predominante da Corporação, com anel interno na cor branca de 70 mm de diâmetro e 1 mm de largura, distando aproximadamente a 1,50 mm da borda do círculo, ladeando toda a extensão do anel encontra-se os dizeres "CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA" no semicírculo superior e, "1998" no semicírculo inferior, de forma arqueada, em caracteres maiúsculos com letras cheias tipo bastão, com 4,40 mm de altura e diâmetro de 64 mm, tendo ao centro do círculo sobre o campo vermelho, o desenho do símbolo do CBMRO com 42 x 50 mm (42 mm de largura e 50 mm de altura) de modo que fique proporcional ao braço direito devendo ser iniciado a partir de 5,0 cm abaixo da linha do ombro; Na parte superior das costas deve conter um letreiro pintado na cor preta, dimensão 320 X 133 mm; com os dizeres "BRIGADA", abaixo "CBMRO" e abaixo "FLORESTAL".  CALÇA: Cor verde, possuindo duas faixas reflexivas bicolor micro perfuradas, na cor cinza e amarela de modo que o cinza fique no meio e o amarelo fique em cima e em baixo da faixa cinza com 2,0 cm de largura cada cor da faixa, de modo que envolva em linha reta todo o uniforme com 06 bolsos com aba de grandes dimensões para fácil abertura com luvas, possuindo reforço nos joelhos, reforço inferior em tecido com altíssima resistência à abrasão e partículas incandescentes modacrílico, algodão, nano partículas de cerâmica e fibra antiestática, ou material equivalente; forro interno na parte frontal visando diminuir a sensação térmica do combatente, algodão com tratamento antichama, elásticos laterais de fácil ajuste na cintura para maior conforto, confeccionada em tecido altamente resistente,	UND	314	314	79

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	QUANT. MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO
		<p>tendo como base viscose FR, meta-aramida, para-aramida, fibra antiestática de 225 gramas/m<sup>2</sup> ou material similar ou de qualidade superior.</p> <p><b>CERTIFICAÇÕES:</b></p> <p>Deve ser exigido comprovação pelos licitantes das certificações que comprovem o atendimento às seguintes normas de ensaios aplicáveis a roupa de proteção individual de combate a incêndio florestal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ISO 15384:2018+A1:2021 (verificação de marcação);</li> <li>• ABNT NBR ISO 13688:2017 (E) (verificação de tamanhos adequados ao biotipo brasileiro);</li> <li>• ISO 15025:2000 (programação a chamas);</li> <li>• ISO 6942:2002 (ensaio de calor radiante);</li> <li>• ISO 17493:2000 (ensaio de resistência ao calor);</li> <li>• BS EN ISO 3146:2000 + Corrigenda de 2002 Ensaio de resistência ao calor (ponto de fusão);</li> <li>• ISO 13934-1: 2013 (determinação da resistência a tração e alongamento de tecidos);</li> <li>• ISO 13937-2: 2000 Determinação da força ao rasgamento (têxteis);</li> <li>• ISO 11092:1993 (resistência térmica- hotplate);</li> <li>• ISO 5077:2007 (alteração dimensional após lavagem e secagem doméstica);</li> <li>• DIN EN ISO 20471:2013, 5.1 Ensaio de determinação do coeficiente de retroreflexão;</li> <li>• ISO 15384:2018, 9.2 Verificação da área de cobertura de materiais retroreflexivos e fluorescentes.</li> </ul> <p><b>GARANTIA TÉCNICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo mínimo de 06 (seis) meses, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes.</li> </ul>				
06	485834	<p><b>APITO</b>, com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>Apito profissional, a prova de ferrugem, potência sonora mínima de 120db (decibéis), de ampla sonoridade, para ser usado ao ar livre em eventos esportivos, buscas, salvamentos, resgates, funciona em ambientes secos e molhados, fabricado em plástico resistente de alto impacto, com boquilha anatômica que oferece melhor agarre e proteção aos dentes, de golpe fácil com resposta imediata, utilizado pelas organizações desportivas FIFA - Federation Internationale de Football Association, FIBA - International Basketball Federation, NFL - National Football League, com cordão de segurança para pendurar ao pescoço.</p>	UND	314	314	79
07	616761	<p><b>RESPIRADOR FACIAL COMPLETO</b>, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recurso Anti-Fogo: A máscara de gás possui um design anti-embacamento, garantindo uma visão clara mesmo em ambientes agressivos, aumentando a segurança e a produtividade.</li> <li>• Máscara do gás 6800: Este modelo 6800 é projetado especificamente para pintura industrial e pulverização, proporcionando proteção superior contra produtos químicos nocivos e poeira.</li> <li>• Projeto completo do rosto: O design full-face oferece proteção abrangente, protegendo os olhos, rosto e pulmões de substâncias nocivas.</li> </ul>	UND	314	314	79

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	QUANT. MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO
		<p>• Equipamento De Segurança Industrial: Como peça essencial do equipamento de segurança industrial, esta máscara de gás garante a segurança do trabalhador e a conformidade com os padrões de segurança.</p> <p>Filtro cartucho proteção objetos</p> <p>Caixa 3: gases orgânicos e vapor, benzeno, cetona, dissulfeto de carbono, etc</p> <p>Caixa n ° 4: amônia, sulfeto de hidrogênio etc</p> <p>Caixa n ° 7: gás ácido no vapor, dióxido de enxofre, cloro, sulfeto de hidrogênio, óxidos de nitrogênio, etc</p> <p>Característica:</p> <p>Respirador facial completo (FULL FACE):</p> <p>Lente grande para amplo campo de visão</p> <p>Design leve e equilibrado</p> <p>Silicone face seal para maior conforto e durabilidade</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conexão Tipo: Baioneta</li> <li>• Tipo Facepiece: Facepiece completo reutilizável</li> <li>• Tipo do arnês: 4 pontos</li> <li>• Missão Tipo: Aeronaves, Navios, V"eículos</li> <li>• Tipo de Operação: Segurança, Manutenção, Reparação e Operações, Revisão</li> <li>• Material preliminar: Elastômero termoplástico do silicone</li> <li>• Tipo do produto: Facepiece completo</li> </ul>				
08	625433	<p><b>BOTA PARA ATIVIDADE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL, ( par),</b> com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>Bota exterior em Cordura à prova de fogo e à prova de água com biqueira e calcanhar reforçados, com revestimento de plástico para evitar fricções e danos causados por partículas incandescentes. Forro têxtil interior hipoalergénico de espuma com alta resistência à abrasão, absorvente da humidade e alta respirabilidade. Gola interior ergonomicamente concebida acolchoada com espuma de poliuretano de alta densidade, que favorece a mobilidade e o ajuste do pé.</p> <p>Leve e flexível, capaz de resistir a densidade de temperaturas de até 300°C, possuir amortecimento, tração e estabilidade, aderência em superfícies rochosas, resistente a componentes químicos. Peso: 0,6 kg ou menos. Nível de proteção: F1PA + HI3 + SRC. Normativas: EN 15090:2012.</p>	UND	314	314	79
09	355883	<p><b>CANTIL DE HIDRATAÇÃO:</b> Capacidade mínima de 900 ml e máxima de 1,5 litros, material resistente a impactos e calor (ex.: policarbonato ou aço inox), com alça para transporte.</p>	UND	314	314	79

##### 5. DA GARANTIA:

5.1. Os materiais e equipamentos deverão ter prazo de garantia mínima no que couber aplica-se o Código de Defesa do Consumidor. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o prazo mínimo de garantia legal é de **90 dias** para produtos duráveis, incluindo EPIs.

5.2. O fornecedor deverá apresentar documentação informando, pelo menos o mínimo, das garantias exigidas.

5.3. Os prazos serão contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, pelo qual obriga-se independentemente de ser ou não o fabricante do produto a efetuar a qualquer tempo substituições ou reparações nos objetos desta licitação, em virtude de quaisquer defeitos de fabricação (manufatura, construção, montagem) ou de concepção (projeto, design) pelos prazos estipulados em lei de defesa do consumidor, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração:

5.4. Durante o período de garantia do objeto, este deverá estar abrigado contra vícios, ou seja, mantendo o perfeito e integral funcionamento, sendo substituído, integralmente, se for o caso.

- 5.5. A garantia ofertada pela **CONTRATADA** para todos os equipamentos e itens deverá, obrigatoriamente, ser prestada pelo fabricante e pela **CONTRATADA**.
- 5.6. O prazo para substituição dos itens danificados, que estejam dentro do prazo de garantia, será de no máximo de **30 (trinta) dias**.
- 5.7. Durante o período de garantia do objeto, a empresa contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete e entrega do objeto sem quaisquer ônus para a Administração Pública.
- 5.8. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
- 5.9. O atendimento deverá ocorrer nos dias úteis (segunda-feira a sexta-feira) de 07h30min às 13h30min.
- 5.10. Todas as despesas envolvidas no processo de **GARANTIA**, durante a vigência contratual, deverão correr por conta da **CONTRATADA**, inclusive as despesas com frete de envio e retorno dos materiais.
- 5.11. O prazo para atendimento aos chamados para prestação de **GARANTIA** será de: 3 (três) dias úteis, no caso de atendimentos a serem realizados em Porto Velho, Estado de Rondônia; e, 5 (cinco) dias úteis, no caso de atendimento a serem realizados em municípios do Interior do Estado.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os itens para aquisição encontram-se em conformidade com o disposto no art. 20 da Lei Federal de Licitações e Contratos 14.133/2021 assim como disposto no Decreto Federal 10.818 de 27 de setembro de 2021 o qual regulamenta e estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

6.1.1. O objeto desta aquisição é considerado Bem ou Serviço Comum conforme Lei Nr 14.133, em seu Art. 6º, dado que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

### 6.1.2. Bens e Serviços de Uso Comum

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontrados facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: canetas, lápis, borrachas, papéis, mesas, cadeiras, veículos, aparelhos de ar refrigerado, etc. e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de paredes, etc.

O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. São inúmeros os objetos a serem licitados que não são vistos com clareza pelo gestor com o intuito de definir se o objeto é comum ou não.

O Decreto nº 3.555, de 2000 define os bens ou serviços de natureza comum. No entanto, essa lista foi considerada meramente exemplificativa, em razão da impossibilidade de se listar tudo que é comum.

Cabe ao gestor, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, decidir-se pela modalidade pregão sempre que o objeto for considerado comum. Quando a opção não recair sobre a modalidade pregão, o gestor deve justificar, de forma motivada e circunstanciada, sua decisão.

6.1.3. A aquisição/contratação de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, uma vez que consideram-se que os bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

6.1.4. Todos os itens solicitados e definidos neste TR, utilizam especificações usuais no mercado atual. Para tanto transcrevemos precedente do TCU que versa sobre o tema:

Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de serviço comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”

Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário)

6.1.5. A caracterização de um bem ou serviço como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de os seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório.

6.1.6. O bem ou o serviço não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou que requerem inovação tecnológica para a sua execução.

6.1.7. Ou seja o **BEM** ou o serviço É **COMUM**, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

## 7. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

### 7.1. Do Interesse Público na Despesa

7.2. **O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CBMRO**, visando ampliar os serviços prestados à sociedade, de forma mais efetiva e eficaz, em consonância com o planejamento estratégico da instituição voltado para seu mister na

defesa do meio ambiente através do Combate à Incêndio Florestal. Torna-se imperioso prover com insumos necessários às unidades operacionais e administrativas do CBMRO, no atendimento das demandas dessa natureza requeridas pela sociedade.

7.3. Nesse sentido, as Unidades operacionais do CBMRO, necessitam desse tipo de recursos materiais para o desenvolvimento de suas atividades, pois a escassez ou a falta dos recursos necessários ao atendimento dessas demandas, prejudicam a eficiência na prestação do serviço Bombeiro Militar, com reflexo negativo na gestão administrativa das Unidades.

7.4. Ademais, o CBMRO é a instituição permanente do estado que dentre outros, presta serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndio urbano e florestal bem como ações de Defesa Civil, todos de atribuições legais, exigindo que a Administração Pública tenha à sua disposição materiais e equipamentos especiais para garantir não só a segurança dos seus militares, mais também que garantam a eficiência no atendimento de qualidade à população.

7.5. Numa ótica mais ampla, o interesse público do presente estudo está relacionado às missões constitucionais e legais previstas no §3º do Art. 148 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 2º da Lei nº 2.204/2009, cujas atribuições legais só podem ser alcançadas com a disponibilidade de equipamentos que permitam ao CBMRO realizar o combate à incêndios urbanos e florestais que a legislação impõem.

7.6. O Estado de Rondônia está localizado na região Norte e tem como limites os estados do Mato Grosso a leste, Amazonas ao norte, Acre a oeste e a República da Bolívia a oeste e sul. É o terceiro estado mais populoso da Região, o Norte com aproximadamente 1.750.000 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2024, sendo superado apenas pelo Pará e Amazonas.

7.7. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia está presente em 17 municípios, atendendo percentualmente cerca de 80% da população do estado. Assim, em consonância com a presença dos quartéis nesses municípios, e como medida visando garantir uma cobertura maior da presença do CBMRO nos biomas mais atingidos pelas queimadas, com o objetivo de assegurar a preservação e proteção desse meio ambiente, seja nas ações preventivas ou de combate, é que o Plano Temporada de Incêndios Florestais - **POTIF-2025** que já foi aprovado pelas autoridades competentes, estar previstos 15 bases descentralizadas estabelecidas em distritos, zonas rurais, reservas ambientais e próximos à terras indígenas para atuarem durante a Operação Verde Rondônia frente à temporada de incêndios florestais OVR - 2025.

7.8. Diante dos grandes desafios enfrentados pela Corporação nas operações dessa natureza em 2024, e buscando ampliar a sua cobertura de atendimento e visando a oportunidade de aumentar sua capacidade de resposta, melhorando o alcance dessas ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, é que este estudo técnico está sendo realizado.

7.9. Ademais, cabe destacar o crescimento estatístico de 2023 para 2024 no número de atendimento aos incêndios florestais nas áreas urbanas e nas zonas rurais, atendimentos realizados nas Operações e pelo serviço Ordinários nos quartéis dos 17 municípios do Estado. Em 2023 tivemos 7.168 ocorrência, Já em 2024 nos deparamos com um ano atípico nas condições climáticas, provocando um aumento significativo no número de ocorrências de incêndios, quando foram registrados 10.654 atendimentos. Um crescimento expressivo no número de focos de incêndio atendidos, quando comparado com o ano de 2023. Registrando um aumento de 43,64%. Muito desses número são em decorrência das consequência provocada pelo agravamento da crise hídrica, que forçou o Governo do Estado de Rondônia estabelecer o decreto N° 29.252, de 4 de julho de 2024 ([0054227541](#)), em função da baixa precipitação pluviométrica e consequente redução dos níveis dos rios, que ocasiono riscos de desabastecimento de água e interrupção da navegação, e o decreto N° 29.417, de 26 de agosto de 2024, em virtude do crescimento anormal dos incêndios florestais

7.10. Para mitigar e controlar os eventos de incêndios florestais Estado, durante a Operação Verde Rondônia com a evolução e desdobramento das novas demandas dos focos de incêndios, o CBMRO ampliou de 06 para 14 o número bases com bombeiros militares instaladas nos biomas, reservas e parques florestais Estaduais, empregando um efetivo na média de 90 bombeiros por quinzena, durante 12 quinzenas (jun a nov) muitos desses militares em rodízio sem intervalo de uma missão para outra. Nas cidades, também houve reforço de efetivo das Guarnições do serviço, de 60 bombeiros por dia, distribuídos em todos os 17 quartéis (municípios) com equipes específicas para atendimentos "a fogo no mato" Incêndio em vegetação em área urbana. Totalizando uma média do emprego direto de 150 Bombeiros por dia, durante a OVR 2024, no combate direto aos incêndios florestais, seja na zona urbana ou rural. Adicionalmente, o CBMRO buscou outras alternativas, contratando 62 Brigadista Temporários, através de Processo Seletivo Simplificado, também distribuídos nos 17 quartéis, como medida de aumentar sua capacidade de enfrentamento aos incêndios nas áreas urbanas.

7.11. O emprego de brigadistas florestais concita a necessidade de aquisição de EPIs de Combate a Incêndio Florestal para Brigadistas. A referida aquisição é uma medida essencial para a refração de riscos inerentes às operações de combate a incêndios florestais. Conforme preconiza a Lei 14.133/2021, que rege as contratações públicas, a administração deve fundamentar suas aquisições na gestão eficiente de riscos, na economicidade e na garantia da segurança dos agentes públicos.

7.12. Os incêndios florestais representam um risco elevado para a integridade física dos brigadistas, expondo-os a calor extremo, inalação de fumaça tóxica, quedas de galhos, animais peçonhentos e terrenos acidentados. A ausência de EPIs adequados potencializa esses riscos, podendo resultar em acidentes graves, incapacidades e até óbitos.

7.13. A gestão de riscos, conforme boas práticas da administração pública, exige que a mitigação dos perigos seja baseada no princípio da prevenção, minimizando impactos humanos, operacionais e financeiros. A aquisição de EPIs reduz significativamente a probabilidade e severidade dos danos, garantindo condições seguras de trabalho e evitando custos decorrentes de acidentes, afastamentos e indenizações.

7.14. A Norma Regulamentadora NR-6 determina que o empregador deve fornecer EPIs adequados aos riscos existentes, de forma gratuita, com certificação de aprovação (CA). Além disso, o Decreto nº 10.822/2021, que regulamenta a Lei 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), reforça a obrigação do Estado em estruturar e equipar adequadamente as forças de resposta a desastres ambientais, incluindo incêndios florestais. A não observância dessas normas pode gerar responsabilidade administrativa, cível e até criminal, especialmente em caso de acidentes que poderiam ser prevenidos com o uso de EPIs adequados

7.15. A **nova Lei de Licitações** estabelece diretrizes que reforçam a necessidade da aquisição de EPIs com base nos seguintes princípios:

7.16. **Eficiência e Sustentabilidade (§ 6º do art. 11):** EPIs de qualidade garantem maior durabilidade e reduzem desperdícios, assegurando economicidade a médio e longo prazo.

7.17. **Gestão de Riscos (§ 3º do art. 25):** A aquisição deve priorizar a redução de riscos ocupacionais e operacionais, evitando prejuízos financeiros decorrentes de acidentes.

7.18. **Justificativa do Interesse Público (§ 1º do art. 18):** A proteção dos brigadistas é um imperativo de interesse público, essencial para a continuidade dos serviços de combate a incêndios.

7.19. **Qualidade e Segurança (§ 1º do art. 37):** Os materiais adquiridos devem atender a padrões técnicos rigorosos para garantir a máxima proteção e funcionalidade.

7.20. A falta de EPIs pode resultar em altos custos indiretos, tais como afastamento de profissionais por acidentes e doenças ocupacionais, indenizações e ações judiciais devido à negligência na proteção dos agentes públicos, redução da capacidade operacional, comprometendo a resposta rápida e eficiente aos incêndios e aumento da perda de recursos ambientais e danos à população, ampliando o impacto econômico e social dos incêndios.

7.21. Diante dos argumentos expostos, a aquisição de EPIs para brigadistas florestais **não é apenas uma necessidade operacional, mas um dever legal e uma estratégia de gestão de riscos eficiente**. A observância da Lei 14.133/2021, aliada ao cumprimento das normas de segurança, reforça que tal investimento é **fundamental para garantir a segurança dos agentes públicos, a eficiência do serviço prestado e a proteção ambiental e social**.

## 7.22. Das Quantidades

7.22.1. A pretensa aquisição foi baseada no Estudo Técnico Preliminar 11 ([0060170821](#))

## 8. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

8.1. De acordo com o art. 40 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, deve-se optar pelo parcelamento da solução sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração, devendo ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de fornecedores ou prestadores de serviços, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;

8.2. Assim sendo, para o objeto deste termo de referência, **há possibilidade de parcelamento da solução**, visto que o objeto a ser contratado possui características que o tornam divisível;

8.3. Optar pelo parcelamento pode ser mais vantajoso para garantir condições comerciais favoráveis, competitividade e preços mais baixos e condições de pagamento mais favoráveis ao órgão contratante.

## 9. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

### 9.1. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

#### 9.1.1. Do Local e Forma de Entrega

O objeto deverá ser entregue na Diretoria de Logística do CBMRO, sito a Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã - Porto Velho - RO, CEP 76824-418, dentro do horário de expediente, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, nos dias úteis;

#### 9.1.2. Do Prazo

A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, dentro de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato ou do recibo da nota de empenho.

A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega do objeto, deverá ser feita, com no máximo 10 dias antes da data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado e deverá ser dirigida à Coordenadoria de Planejamento Orçamento e Finanças - CPOF/CBMRO – e entregue (**via e-mail: [dofadm@cbm.ro.gov.br](mailto:dofadm@cbm.ro.gov.br); ou físico**) no horário de expediente (horário local), ficando a critério do CBMRO a sua aceitação.

#### 9.1.3. Das Condições de Recebimento de Bens

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 9.1.4. O Recebimento Provisório

9.1.5. No ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência;

9.1.6. Nos termos da alínea a, inciso II, do Art.140 da Lei Federal 14.133/2021

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.1.7. Consiste na mera contagem física das embalagens para posterior verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, será firmado pelo servidor responsável, em prazo não superior a 3 (três) dias.

9.1.8. O recebimento provisório será comprovado pelo carimbo de certifico apostado no verso da nota fiscal devidamente chancelado e identificado.

9.1.9. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

#### 9.2. O Recebimento Definitivo

9.2.1. Nos termos da alínea b, inciso II, do Art.140 da Lei Federal 14.133/2021

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

II - em se tratando de compras:

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.2.2. Consiste na verificação da qualidade, quantidade dos materiais/bens e de sua aceitação, será firmado por uma comissão de servidores, composta de no mínimo 3 (três) membros, que expedirá termo de recebimento definitivo, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos.

9.2.3. Caso satisfatória as verificações anteriores, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

9.2.4. Todos os produtos fornecidos devem ser novos e de primeiro uso.

9.2.5. Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

9.2.6. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

9.2.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art.137 da Lei Federal 14.133 / 2021, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 156 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

## 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Ação Governamental, exercício 2025.			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO DE ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	FONTE DE RECURSO
15014 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM	15.014.06.122.2103.2087	33.90.30	1.759.0.08026
		44.90.52	2.759.0.08026
15004 - Corpo de Bombeiros Militar- RO	15.004.06.122.2103.2087	33.90.30 44.90.52	1.500.0.00001

## 11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. As propostas deverão possuir a validade de **no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da entrega das propostas** e deverão estar adequadas as especificações técnicas e quantidades definidos no item 04 deste Termo de Referência;

11.2. Na proposta deverão constar o preço total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer;

11.3. Os preços ofertados deverão levar em conta o custos adicionais como: taxas, fretes, produção, instalação, acabamento e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação do serviço.

## 12. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento decorrente de contratações públicas será efetuado após a **habilitação para pagamento**, em até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua regularização. **Entende-se como habilitação para pagamento** a emissão do Parecer Técnico da despesa elaborado pela setorial de controle interno.

12.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

12.3. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas (nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do Termo Definitivo, para efetuar a análise e o pagamento);

12.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual e Fazenda Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT atualizadas, e certidões positivas com efeito negativas.

12.5. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = N \times VP \times I$ , sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da Parcela a ser paga
- I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
- $I = (TX/100)/365$  I = .....
- TX =Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

12.6. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

12.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

#### 13. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

13.1. Considerando que o objeto deste Termo de Referência refere-se ao **registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados ao combate a incêndios florestais**, os quais são insumos diretamente ligados à **segurança física e à integridade dos brigadistas florestais em campo**, a vedação à subcontratação total ou parcial justifica-se por razões técnicas, legais e de responsabilidade institucional.

13.2. A subcontratação poderia comprometer o **controle de qualidade, a rastreabilidade da origem dos produtos e a responsabilidade direta sobre as especificações técnicas exigidas**, notadamente aquelas ligadas às normas de segurança do trabalho (tais como NBRs específicas, CA – Certificado de Aprovação do MTE, entre outros). A eventual transferência da obrigação a terceiros que não participaram do processo licitatório original representaria **risco à conformidade do fornecimento** e dificultaria a responsabilização objetiva da empresa contratada, em caso de entrega de produtos inadequados ou fora das normas técnicas.

13.3. Portanto, **fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual**, a fim de garantir a rastreabilidade, a responsabilidade direta, a conformidade com as normas técnicas e a segurança dos agentes que utilizarão os materiais, conferindo maior efetividade e segurança à administração pública.

#### 14. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

14.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133, art. 15 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.

14.2. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

#### 15. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB FORMA DE COOPERATIVA**

15.1. **Art. 16.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

15.2. Será vedado a participação sob forma de cooperativa, em caso de não observação das regras estabelecidas na legislação aplicável.

#### 16. **DA PARTICIPAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS - COTA ME/EPP**

16.1. Para fins de participação na licitação, deverá ser observado a legislação pertinente a participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte conforme disposto no art. 8º do Decreto n. 21.675, de 03 de março de 2017.

#### 16.2. **Decreto Estadual 21.675/2017:**

Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das pequenas empresas na totalidade do objeto.

§ 2º O Instrumento Convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o Instrumento Convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no artigo 6º

16.3. Considerando **NÃO** haver prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, **AUTORIZO a SUPEL** à reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item para a contratação de pequenas empresas. (Art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675 de 03/03/2017).

#### 17. **DA HABILITAÇÃO**

##### 17.1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### 17.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### 17.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **5% (cinco por cento) do valor estimado para o ITEM no qual estiver participando.**

b.1) o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para

#### 17.4. **JUSTIFICATIVA PARA A DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

17.4.1. A exigência de patrimônio líquido ou capital social equivalente a **5% do valor estimado do Item** está embasada no **Art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**, e no **Art. 69 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que autorizam a solicitação de comprovação econômico-financeira de forma proporcional e compatível com o objeto licitado.

17.4.2. O percentual foi definido considerando a necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira dos licitantes para executar o contrato integralmente, especialmente devido ao critério de julgamento por **menor preço por Item**. Essa exigência reduz os riscos de inadimplência ou descumprimento contratual e assegura o cumprimento das obrigações assumidas, sem restringir indevidamente a competitividade do certame. O percentual estabelecido está abaixo do limite legal de 10%, promovendo equilíbrio entre segurança financeira e ampla participação.

#### 17.5. **Qualificação Técnica**

17.5.1. Em conformidade com o artigo 67 da Lei de Licitações, **fica dispensada a exigência de atestado de capacidade técnica** para a presente aquisição, pelos motivos expostos a seguir:

17.5.2. **Natureza dos Itens:** Os itens a serem adquiridos são considerados bens comuns e amplamente disponíveis no mercado, com especificações técnicas claras e padronizadas. A qualidade e a conformidade dos produtos podem ser verificadas diretamente por meio das especificações apresentadas pelos fornecedores.

17.5.3. **Competitividade e Redução da Burocracia:** Para promover a competitividade e reduzir a burocracia no processo licitatório, a dispensa da exigência de atestado de capacidade técnica permite a participação de um maior número de fornecedores. Esta medida aumenta a competitividade e potencialmente resulta em melhores condições de preço e qualidade para a administração pública.

17.5.4. **Celeridade e Eficiência:** Visando à celeridade e à eficiência no processo licitatório para a aquisição de bens comuns, a exigência de atestado de capacidade técnica é dispensada. Esta medida simplifica o procedimento e permite a contratação mais rápida dos bens necessários para o atendimento das demandas da administração pública.

17.5.5. **Garantia de Competitividade e Isonomia:** Para garantir a competitividade e a isonomia no certame, a exigência de atestado de capacidade técnica está limitada à comprovação de fornecimento de produtos semelhantes nos últimos três anos. Esta abordagem evita exigências desproporcionais que possam restringir a participação de novos fornecedores capacitados.

17.5.6. Assim, a dispensa do atestado de capacidade técnica está justificada pela natureza dos itens, pela necessidade de promover a competitividade e eficiência, e pelo compromisso com a isonomia e transparência no processo licitatório.

#### 17.6. **OUTRAS DECLARAÇÕES**

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#); (ME E EPP)

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### 18. **DAS OBRIGAÇÕES**

##### 18.1. **Da Contratante**

18.1.1. Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos;

18.1.2. Enviar as notas de empenho através de e-mail ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento;

18.1.3. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

18.1.4. Receber e fiscalizar os serviços, verificando sua correspondência com as especificações prescritas neste Termo de Referência e seus anexos, atestando sua conformidade;

18.1.5. Notificar, por escrito, a Contratada, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos produtos;

18.1.6. Rejeitar os serviços, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas neste Termo de Referência;

18.1.7. Fazer as solicitações por escrito através de formulário próprio com previsão de retirada e devolução;

18.1.8. Lavrar o Termo de Aceite Definitivo e atestar a Nota Fiscal correspondente, após o recebimento definitivo dos serviços.

18.1.9. O Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia - CBMRO, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:

18.1.10. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências do CBMRO;

18.1.11. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

18.1.12. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

18.1.13. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

18.1.14. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

##### 18.2. **Da Contratada/Fornecedor**

18.2.1. Fornecer os produtos, objeto da contratação, de acordo com as especificações, formas e prazos estipulados neste Termo de Referência;

18.2.2. Arcar com as despesas com transporte, fretes, impostos, taxas, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, que é de total responsabilidade da proponente;

18.2.3. Manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021;

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

18.2.4. Aceitar acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021;

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.2.5. Prestar os serviços e/ou executar conforme descritos em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas no Edital e seus anexos;

18.2.6. Informar ao CBMRO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

18.2.7. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto;

18.2.8. Responder por todos os ônus como os encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do objeto e qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus profissionais e por aqueles causados por eles a terceiros, por ocasião da entrega, montagem e prestação dos serviços;

18.2.9. Além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, cumprir também as normas de segurança da Contratante;

18.2.10. Arcar com todos os ônus necessários à completa e correta execução dos serviços;

18.2.11. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços conforme definição da Contratante;

18.2.12. Havendo necessidade, proceder o atendimento extraordinário, respeitando a legislação trabalhista;

18.2.13. Apresentar, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

18.2.14. Permitir a fiscalização pelo CBMRO;

18.2.15. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do CBMRO;

18.2.16. Comunicar ao CBMRO, antes de expirado o prazo previsto para entrega, anexando documentação comprobatória, a ocorrência de casos fortuitos prejudiciais à entrega dos objetos;

18.2.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CBM/RO;

18.2.18. Abster-se de transferir a outrem a responsabilidade pela execução do objeto avençado;

18.2.19. Repor qualquer material ou bem, pertencente à Contratante, que for danificado, roubado ou furtado por negligência de seus prepostos

18.2.20. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

18.2.21. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

18.2.22. Apresentar a Declaração de ME/EPP.

18.2.23. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

18.2.24. Apresentar a Declaração de Menor.

18.2.25. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

18.2.26. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

18.2.27. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

18.2.28. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

## 19. **SANÇÕES**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

19.3. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.4. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.5. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo. ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.6. **Multa:**

19.6.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

19.6.2. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021*

19.6.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “l” do subitem 22.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.8. 1.1.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

19.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

19.13. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

19.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#))

19.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#)

19.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 20. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

20.1. O Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, conforme os termos do art. 117, da Lei nº. 14.133/21, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

20.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;

20.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 21. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

21.1. Em conformidade com as diretrizes da 6ª edição do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, a aquisição de equipamentos e materiais destinados ao combate a incêndios florestais no Estado de Rondônia tem como objetivo fornecer aos **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)** especializados e adequados para a atividade, garantindo a segurança dos profissionais e assegurando a conformidade da Corporação com as boas práticas e a legislação vigente.

21.2. No entanto, é fundamental considerar os possíveis impactos ambientais relacionados à **fabricação, uso e descarte** dos produtos a serem adquiridos. A seguir, destaque-se os principais aspectos a serem avaliados:

### 21.3. Impactos Ambientais na Produção dos Equipamentos

21.3.1. A fabricação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capacetes, botas e roupas resistentes ao fogo, especialmente na produção de materiais sintéticos (nomex, kevlar, borracha, etc.). A fabricação desses materiais requer o uso de matérias-primas, como petróleo (para materiais plásticos e sintéticos).

### 21.4. Impactos Ambientais Durante o Uso dos Equipamentos

21.4.1. Durante as operações de combate a incêndios, e pela natureza dos EPIs há baixo risco de geração de resíduos que possam gerar poluição ambiental, especialmente em áreas de proteção ambiental ou próximos a corpos hídricos.

### 21.5. Impactos Ambientais do Descarte

21.5.1. Esses EPIs pela sua natureza têm uma vida útil limitada devido à exposição constante ao calor extremo e ao desgaste mecânico. O descarte inadequado de capacetes, luvas, roupas antichama e outros materiais sintéticos pode gerar acúmulo de resíduos não biodegradáveis, como polímeros e plásticos, em aterros sanitários, contribuindo para a poluição ambiental a longo prazo.

### 21.6. Mitigação dos Impactos Ambientais

21.7. Para minimizar os impactos ambientais associados à aquisição e uso dos equipamentos, algumas medidas mitigadoras podem ser adotadas, como:

21.7.1. Aquisição de Equipamentos com Certificações Ambientais priorizando fornecedores que possuam certificações ambientais, como ISO 14001, ou que utilizem processos de produção mais sustentáveis, garantindo menor impacto na fabricação.

21.7.2. Estabelecer um plano de gestão de resíduos que inclua a destinação correta de EPIs usados, peças danificadas, materiais plásticos, priorizando o reaproveitamento, reciclagem ou descarte em locais licenciados.

21.7.3. Assim, embora a aquisição de equipamentos e materiais para o combate a incêndios florestais seja fundamental para a proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio público, é importante reconhecer os potenciais impactos ambientais envolvidos no ciclo de vida desses produtos. No entanto, com a adoção de medidas mitigadoras adequadas, como a escolha de fornecedores ambientalmente responsáveis, o uso de tecnologias mais limpas e a gestão eficaz de resíduos, os impactos ambientais podem ser minimizados, garantindo que a aquisição atenda às necessidades operacionais da Instituição sem comprometer a sustentabilidade a longo prazo.

## 22. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

22.1. Os preços ofertados deverão levar em conta o custos adicionais (como frete, envio, embalagens, taxas, impostos, etc.);

22.2. O orçamento definitivo da contratação será definido após a emissão do quadro comparativo de preços pela Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL, conforme trata o art. 60 do Decreto Estadual 28.874/2024, in verbis;

Art. 60. A estimativa de valor da contratação deverá ser realizada pelo órgão ou entidade responsável pela centralização das contratações na Administração Estadual, nos casos em que se pretenda a contratação de bens e serviços que atendam necessidades comuns nos termos do art. 31, ou, nos demais casos, pelos respectivos órgãos ou entidades responsáveis pela contratação, admitindo-se auxílio dos demais órgãos e entidades.

22.3. Avista disso, o orçamento definitivo da licitação constará no Quadro Estimativo de Preços anexo ao Instrumento convocatório.

## 23. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

23.1. Considerando o cenário apresentado no item 4 e a crescente necessidade operacional relacionada ao combate a incêndios florestais no Estado de Rondônia, torna-se imprescindível a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos brigadistas florestais. A proteção adequada dos profissionais que atuam nas operações de contenção de incêndios é medida imprescindível para garantir a segurança diante dos riscos elevados, como inalação de fumaça tóxica, exposição a altas temperaturas e outras condições adversas inerentes à atividade.

23.2. A solução proposta consiste na **aquisição dos equipamentos por meio de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade que proporciona maior flexibilidade, transparência, competitividade e otimização orçamentária. O pregão eletrônico assegura ampla competitividade e obtenção de melhores preços, enquanto o SRP permite a aquisição parcelada conforme a real demanda, assegurando economicidade e atendimento contínuo às necessidades operacionais da corporação, em consonância com os princípios da administração pública.

23.3. Este termo de referência prevê que, uma vez formalizada a Ata de Registro de Preços, poderá contemplar a possibilidade de atualização dos quantitativos registrados, desde que respeitados os requisitos legais aplicáveis. Essa previsão visa garantir maior previsibilidade e continuidade no fornecimento dos materiais essenciais ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

23.4. Adicionalmente, a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços configura uma nova contratação, permitindo a atualização dos quantitativos sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios a cada ciclo anual. Tal abordagem assegura maior eficiência na gestão dos insumos, previne eventuais desabastecimentos e contribui para a plena operacionalidade das atividades da corporação.

23.5. A aquisição abrange os seguintes itens, conforme as especificações técnicas previamente definidas:

- Capacetes resistentes ao calor e a impactos mecânicos.
- Lanternas LED com adaptador para capacete, com autonomia mínima de 6 horas.
- Balaclavas confeccionadas em material resistente a chamas.
- Luvas de vaqueta com reforços térmicos para proteção manual.
- Conjuntos de EPIs florestais compostos por calça e gandola, certificados conforme normas técnicas vigentes.
- Apitos com alcance sonoro superior a 90 decibéis.
- Respiradores faciais completos com filtros PFF3 para proteção respiratória.
- Botas de combate com solado antiderrapante e resistência térmica adequada às operações.
- Cantis de hidratação com capacidade mínima de 1 litro, confeccionados em material resistente.

23.6. A implementação dessa solução visa assegurar a integridade física e a eficiência operacional das equipes durante as ações de combate a incêndios florestais, garantindo que os equipamentos adquiridos estejam adequados às condições ambientais e desafios enfrentados em campo.

#### 23.7. Da Modelagem da contratação

23.7.1. A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração. A realização desta é a regra sendo imposta a obrigatoriedade pela Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, *in verbis*:

23.7.2. Art 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

23.7.3. (...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

23.7.4. Logo, para a contratação em tela será utilizado a seguinte modelagem:

23.7.5. A modalidade de licitação proposta para a contratação será pregão eletrônico, conforme inciso I, do art. 28 da Lei n.º 14.133/2021, visto que trata-se de bem de natureza comum, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art 6º, Inciso XIII da Lei 14.133/2, bem como será possível a obtenção da proposta mais vantajosa, como preconiza o art. 65 do Decreto estadual n.º 28.874/2024.

23.7.6. Neste contexto, o uso do **sistema de registro de preços**, justifica-se em decorrência das imposições do Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 Janeiro de 2024, no qual em seu art. 116, determina:

[...]

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;

**II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;**

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

**IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.**

[...]

23.7.7. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma

de pregão/pregão eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.

23.7.8. A adoção do SRP permite a evolução significativa da atividade de planejamento, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas. De igual forma, pode trazer várias vantagens para a sistemática de contratação, muitas vezes tão complexa, pois, promove maior eficiência e flexibilidade na realização das despesas públicas.

23.7.9. Ressalte-se ainda, que o SRP contribui para a eliminação do fracionamento de despesa, irregularidade frequente apontada pelos órgãos de controle interno e/ou externo, onde o órgão realiza uma ampla licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, para aquisição de tudo que necessita para o exercício, enquadrando o que faltar na modalidade de dispensa.

23.7.10. Logo, a utilização do Registro de Preços **justifica-se quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.**

23.7.11. Portanto, comprova-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição, torna-se mais vantajoso para administração pública.

23.7.12. **Justificativa para a escolha da modalidade, tipo e modo de disputa**

23.7.12.1. A modalidade **Pregão Eletrônico** foi escolhida em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso IV, e artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo recomendada para aquisição de bens e serviços comuns, visando maior competitividade, transparência e economicidade no processo licitatório.

23.7.12.2. As classificações de julgamento **Menor Preço por Item** foram adotadas considerando que a natureza do objeto permite que os itens sejam adquiridos de forma independente, sem prejuízo à compatibilidade, padronização ou eficiência logística e operacional. Além disso, essa modalidade amplia a competitividade ao possibilitar uma maior participação de fornecedores especializados, garantindo o fornecimento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

23.7.12.3. O **Modo de Disputa Aberto**, conforme estabelecido no inciso I do artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi selecionado por ser o mais adequado para promover a ampla concorrência, assegurando que os licitantes possam oferecer propostas de maneira transparente, com a apresentação de lances públicos sucessivos.

23.7.12.4. Essa escolha considera as vantagens desse modelo para obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, em respeito aos princípios da isonomia, eficiência e interesse.

23.8. **Síntese da contratação**

23.8.1. Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

23.8.2. Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

23.8.3. Modo de Disputa: **ABERTO**, de acordo com o inciso I, art. 56 da Lei Federal 14.133/2021.

24. **DA COMPRA ATRAVÉS DO REGISTRO DE PREÇOS**

24.1. A utilização do Registro de Preços justifica-se por haver à necessidade de novas aquisições, a padronização dos objetos, diminuição de custos, proporcionando a garantia de futuras aquisições com o mesmo padrão e qualidade dos inicialmente adquiridos e ainda por preços vantajosos que poderão ser garantidos no Registro de Preços.

24.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

24.3. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

24.4. O Sistema de Registro de Preços encontra amparo legal no Art. 6º, Incisos XLV e XLVI, da Lei nº 14.133/21, que justifica sua adoção para tratar da referida aquisição do objeto a ser contratado, *in verbis*:

24.5. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

[...]

24.6. O Sistema de Registro de Preço esta regulamentado conforme Seção IV - Do Sistema de Registro de Preços, do Decreto Estadual 28.874/2024 que no Art. 116 estabelece as hipóteses para a utilização do SRP a saber:

24.7. Art. 116.Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;(grifo nosso)

**II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;**

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

**IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.**

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os requisitos previstos no art. 85 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º A adequação e conveniência da realização de registro de preços deverá ser expressamente atestada pela autoridade competente.

§ 3º Nas hipóteses previstas no caput, deverá ser elaborada justificativa expressa para o afastamento da adoção do SRP

**24.8. Da quantidade mínima para cada ordem de fornecimento (Decreto estadual. nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024)**

24.8.1. Conforme especificado na 7ª (sétima) coluna da tabela apresentada no item 4 deste Termo de Referência. Essa definição segue as disposições do art. 121, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que prevê a obrigatoriedade de indicar o quantitativo mínimo a ser solicitado por ordem de fornecimento.

**24.9. Da quantidade mínima a ser cotada (Art. 82, da Lei Federal n. 14.133, de 2021)**

24.9.1. Conforme especificado na 6ª (sexta) coluna da tabela apresentada no item 4 deste Termo de Referência

Art. 82.O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

[...]

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

**24.10. Da possibilidade de prever preços diferentes:**

a) **quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;**

**NÃO** Será admitida a possibilidade de previsão de preços diferenciados para os itens entregues ou serviços prestados em locais distintos, dado ao fato que a entrega para todos será no mesmo local, conforme previsto no item 8 deste termo de referência.

b) **em razão da forma e do local de acondicionamento;**

**NÃO** será admitida a previsão de preços diferentes em razão da forma e local de acondicionamento, visto que tais critérios é de competência da contratada.

c) **quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;**

Para os objetos deste termo de referência, será adotado o critério de julgamento de **MENOR PREÇO por item**, portanto, fica **VEDADA** a possibilidade de previsão de cotação variável para o objeto em tela.

**24.11. A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;**

24.11.1. Consta na 6ª (sexta) coluna do item 4, deste termo de referência a quantidade mínima a ser solicitada.

**24.12. O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação**

24.12.1. Desta forma, eventuais problemas no fornecimento pelo primeiro classificado poderão ser supridos pelos fornecedores registrados sequencialmente.

**25. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP.**

25.1. **NÃO** fica autorizada a abertura de intenção de registro de preços, pela seguinte exposição de motivos:

25.1.1. O processo em tela tramitará em regime de urgência, ao permitir que seja aberta a IRP, perde-se a fundamentação do regime, visto que a fase de IRP levará um período de pelo menos 10 dias corridos, no melhor dos cenários, dado ao fato que a IRP tem o prazo de 8 (oito) dias úteis para formalizar as respectivas requisições de objeto ao órgão ou entidade responsável pela publicação da intenção de registro de preços.

25.1.2. Da mesma forma, informamos das dificuldades dos trâmites administrativos, no que tange, a confecção da planilha consolidada, a solicitação da relação dos ordenadores de despesa, sem contar o fato, da confecção de novo termo de referência para a assinatura dos respectivos ordenadores que vierem a manifestar interesse e o somatório desses trâmites, levam em média de 5 (cinco) a 10 (dez) dias úteis, logo, totalizando em pelo menos 13 (treze) dias úteis, isto é, 17 (dezessete) dias corridos;

25.2. Ante ao exposto, resta justificada o motivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia **NÃO** autorizar a abertura da IRP.

**26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

26.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o Art. 84 da Lei 14.133/21, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/21.

26.2. O produto ofertado pela CONTRATADA deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc;

26.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os vencedores se obrigam a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

26.4. Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

26.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme o Art. 83. da 14.133/21 "A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada".

**27. UTILIZAÇÃO DA ATA**

27.1. Durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência expressa do órgão gerenciador, conforme previsto no art. 42, § 1º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

27.2. A justificativa para a possibilidade de adesão baseia-se na busca pela ampliação da economicidade, permitindo que outros órgãos e entidades se beneficiem das condições vantajosas negociadas no processo, assegurando maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

27.3. A adesão será facultada também a órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador e observados os limites estabelecidos. O limite global será fixado em percentual sobre o quantitativo total registrado na ata, enquanto os limites individuais serão definidos para cada adesão, de modo a garantir o equilíbrio e a integridade da gestão contratual.

27.4. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que tal aceitação não comprometa as obrigações presentes e futuras assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

27.5. Compete ao órgão ou entidade que solicitar a adesão verificar a vantagem econômica da operação, assegurando o interesse público e o respeito aos princípios que regem a Administração Pública.

## 28. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 28.874/2024, artigo 122). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

28.2. As obrigações do órgão gerenciador esta descrito no Art 122 do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber:

Art. 122. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;

XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

## 29. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

29.1. Nos termos do Artigo 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

29.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

29.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

29.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## 30. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. De acordo com os artigos 132 a 135 do Decreto Estadual 28.874/2024:

30.2. As alterações não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados.

30.3. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

30.4. Caso o preço tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços.

30.5. Caso o preço tornar-se superior ao preço praticado no mercado é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado

### 31. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

31.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados, observando as disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

31.3. O registro de preço poderá ser cancelado, conforme Art. 136 Decreto Estadual 28.874/2024, quando:

31.3.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

31.3.2. O instrumento contratual não for devidamente assinado no prazo estabelecido pela administração;

31.3.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

31.3.4. Estiverem presentes razões de interesse público;

31.3.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior

### 32. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

32.1. A contratação com o fornecedor será de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

32.2. Nos demais casos será formalizado Contrato Administrativo, conforme disposto do **art. 95, dispositivo I e II da lei n.º 14.133/21**

32.3. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do Contrato.

32.4. **A contratada terá o prazo máximo de cinco (05) dias úteis para formalizar a assinatura do instrumento de contrato.**

32.5. Durante a vigência contratual os preços serão fixos e irredutíveis, havendo prorrogação contratual, será permitido o reajuste de preços se proposta pela Contratada, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, cabendo análise e posterior aprovação do CBMRO

### 33. GARANTIA CONTRATUAL

33.1. Não serão exigidas garantias contratuais, no Presente Termo de Referência, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade.

### 34. DO REAJUSTE DO CONTRATUAL

34.1. O reajuste de preços será utilizado na presente contratação, quando observado o interregno mínimo de 01 (um) sendo a data-base vinculada à data do orçamento estimado para contratação, como preconiza o Art. 154, §2º do Decreto Estadual 28.874/2024, in litteris;

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

...

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

34.2. O contrato será reajustado ou corrigido monetariamente tendo como base os requisitos trazidos no art. 25 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, §§ 7º e 8º, conforme citado abaixo:

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

34.3. Conforme arts. 152 e 155 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o pedido de reajuste, repactuação e revisão deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

...

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

34.4. O reajuste de preços será efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á os cálculos o índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**.

34.5. Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memória do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

34.6. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste de itens não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

34.7. A análise quanto ao reajuste ou repactuação ficará suspensa em caso de pendência de atos ou apresentação de documentação por parte da CONTRATADA

### 35. **DA REVISÃO CONTRATUAL - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

35.1. Para fins da definição dos critérios de reequilíbrio econômico-financeiro, será considerando o disposto pela Subseção IV, Seção III, Capítulo VI, do Decreto nº 28.874/2024.

### 36. **RESCISÃO CONTRATUAL**

36.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigos 137, 138 e 139 da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

36.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

36.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei nº14.133/2021.

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

36.4. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

36.5. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

36.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

36.7. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

36.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

36.9. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

36.10. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

36.11. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

### 37. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI N 13.709/2018 - LGPD**

37.1. Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), todas as atividades relacionadas ao fornecimento de Equipamento de Proteção Individual de Combate à Incêndios Florestais - CIF para Brigadistas Florestais deverão observar os princípios e diretrizes de proteção de dados pessoais.

37.2. A empresa contratada deverá garantir que todos os dados coletados, armazenados ou tratados durante a execução do contrato sejam protegidos contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer uso indevido. Para isso, deverão ser adotadas medidas técnicas e organizacionais adequadas, conforme previsto na legislação vigente.

37.3. Além disso, qualquer compartilhamento de informações sensíveis deverá ocorrer somente mediante autorização expressa do CBMRO, observando-se os critérios de necessidade e finalidade do tratamento dos dados.

37.4. A empresa contratada será responsável por garantir a conformidade com a LGPD em todas as suas operações, incluindo a capacitação de seus colaboradores e a implementação de políticas de privacidade que resguardecem os direitos dos titulares de dados envolvidos no processo.

### 38. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

38.1. Em consonância com o Decreto Estadual nº 28.874/2024, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

- 38.2. A CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada a respeito deste Termo de Referência.
- 38.3. O equipamento deverá ser comprovadamente novo e em fase normal de fabricação, não sendo aceito produtos descontinuados;
- 38.4. Deverá ser apresentado proposta comercial conforme disposto no instrumento convocatório;
- 38.5. Deverá ser apresentado com a proposta catálogo do fabricante para comprovação de todos os itens.
39. **DOS CASOS OMISSOS**
- 39.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº14.133/2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.
- 39.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Elaboração:****JHONATHAN ENDRISSON SANTOS FERREIRA - CB BM**Assessor na Seção de Compras - CPOF/CBMRO  
Portaria nº 1270 de 14 de novembro de 2024 ([0054786134](#))**Revisão:****JEUDE DE OLIVEIRA MACEDO - STEN BM**Chefe da Seção de Compras - CPOF/CBMRO  
Portaria nº 1270 de 14 de novembro de 2024 ([0054786134](#))**Aprovação:****WÂNDRIO BANDEIRA DOS ANJOS - CEL BM**

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças - CPOF/CBMRO

À aprovação e autorização do Ordenador de Despesas desta Pasta.

**NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM**

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **JEUDE DE OLIVEIRA MACEDO, Chefe de Unidade**, em 22/05/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).Documento assinado eletronicamente por **Jhonathan Endrisson Santos Ferreira, Cabo**, em 22/05/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).Documento assinado eletronicamente por **WANDRIO BANDEIRA DOS ANJOS, Coronel**, em 23/05/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 23/05/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060371117** e o código CRC **EF0790CB**.

---

**Referência:** Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0004.014199/2024-07

SEI nº 0060371117

---

Criado por [00916008207](#), versão 11 por [00916008207](#) em 21/05/2025 12:08:56.